

UMA NOVA PROPOSTA

Cesta básica para combater carestia

A economia brasileira deveria funcionar no padrão cesta básica, sendo esta a unidade de conta para todos os seus valores. Essa é mais uma proposta econômica elaborada nos círculos acadêmicos, desta vez pelo Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Carlos Porto Gonçalves.

Seguro de que as altas taxas de inflação não podem ser combatidas por métodos de estabilização comuns, sob pena de uma forte recessão, ele formulou um plano de combate à inflação que prevê uma superindexação da economia através da correção de preços e salários pela variação de, por exemplo, uma cesta básica.

— Ela seria composta por cem ou mais produtos de consumo imediato e popular, em quantidades fixadas de acordo com as demandas do consumidor típico, explica Porto Gonçalves. Tais produtos teriam que ter obrigatoriamente seus preços expressos em cruzados.

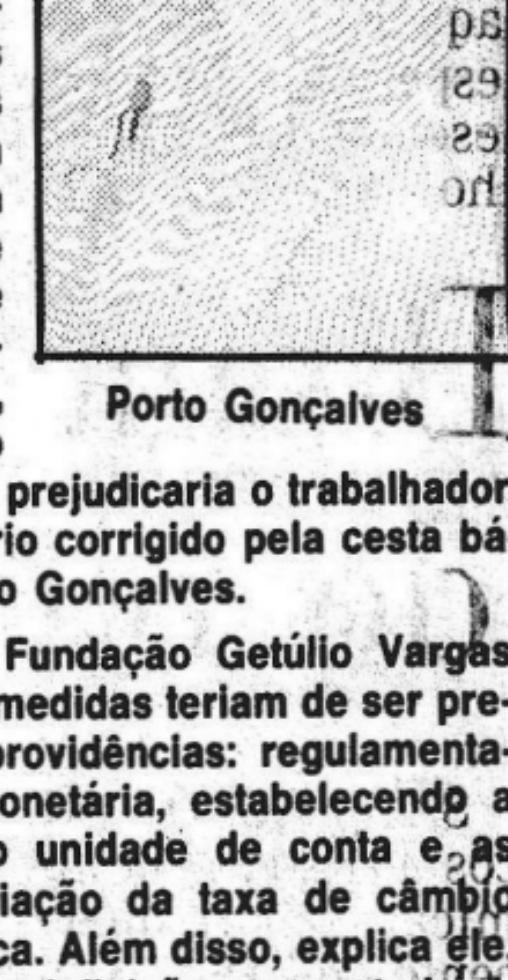
E se o valor total de uma cesta básica fosse de CZ\$ 380 numa certa data, a taxa de câmbio cruzado/cesta básica seria de CZ\$ 380 por cesta básica. O governo emitiria os meios de pagamento da economia, cruzados, mas não seu meio de conta, cesta básica.

Assim, os preços em cruzados seriam tão estáveis quanto os preços expressos em dólares, ou em OTNs.

Neste plano, todos os preços e valores seriam expressos em cesta básica. O Governo não poderia controlar os preços em cruzados dos produtos da cesta básica, "pois seria outra maneira de falsificar a taxa de câmbio cruzado/cesta básica", mas o aumento desses preços não prejudicaria o trabalhador, que teria seu salário corrigido pela cesta básica, explicou Porto Gonçalves.

O Professor da Fundação Getúlio Vargas ressalta que estas medidas teriam de ser precedidas de duas providências: regulamentação da reforma monetária, estabelecendo a cesta básica como unidade de conta e as regras para a variação da taxa de câmbio cruzado/cesta básica. Além disso, explica ele, seria preciso uma redefinição, em cesta básica, dos preços e valores nos contratos formais à economia — salários, aluguéis etc., com um ajuste dos preços atualmente defasados.

Este plano, que foi enviado ao Ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, não defende um congelamento dos preços expressos em cesta básica, mas não descarta a possibilidade de que ele venha a ser adotado em caráter provisório. "Já os preços dos bens em cruzados, explica Antônio Carlos Porto Gonçalves, não podem ser congelados em hipótese alguma. O câmbio em relação ao dólar seria permanentemente fixado em termos de cesta básica".



Porto Gonçalves